



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENGAJAMENTO, PARTICIPAÇÃO E REFLEXÕES DE DIFERENTES SEGMENTOS ESCOLARES

INSTITUTIONAL EVALUATION IN CHILD EDUCATION: ENGAGEMENT, PARTICIPATION AND REFLECTIONS OF DIFFERENT SCHOOL SEGMENTS

Silvana Souza Peres de Oliveira
Ana Cristina da Silva Rodrigues
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA

Resumo

O presente trabalho é resultado de projeto de intervenção sobre avaliação institucional na educação infantil, o qual teve por objetivo compreender a dinâmica avaliativa das escolas de educação infantil. O projeto utilizou-se de metodologia qualitativa envolvendo, estudo do tipo exploratório e entrevista semi-estruturada e, para o plano de ação, a metodologia de rodas de conversa. Para análise dos dados foi utilizada análise de conteúdo e análise documental. O plano de intervenção foi organizado em dois momentos: a formação dos profissionais em torno das questões que envolvem a avaliação institucional e a efetivação desta prática na escola, ambas com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a importância de se desenvolver processos de avaliação institucional. Destaca-se o caráter inovador da ação na rede municipal de ensino de Jaguarão/RS onde a participação no processo de avaliação institucional pode contribuir efetivamente para a qualidade da educação no município.

Palavras- chave: Avaliação Institucional. Educação Infantil. Participação.

Abstract

The present work is the result of an intervention project on institutional evaluation in early childhood education, whose objective was to understand the evaluative dynamics of preschool schools. The project used a qualitative methodology involving exploratory study and semi-structured interview and, for the action plan, the methodology of conversation wheels. To analyze the data was used content analysis and documentary analysis. The intervention plan was organized in two moments: the training of the professionals around the issues that involve the institutional evaluation and the effectiveness of this practice in the school, both with the objective of sensitizing the school community to the importance of developing processes of institutional evaluation. The innovative character of the action in the municipal education network of Jaguarão / RS, where participation in the institutional evaluation process can contribute effectively to the quality of education in the municipality.

Key words: Institutional Evaluation. Child education. Participation.



Introdução

A avaliação institucional tem sido um importante processo para que o ambiente escolar possa se qualificar numa perspectiva de melhoria da qualidade da educação. Muito se debate sobre o papel da educação e dos educadores como formadores de pessoas que tenham condições de pensar e agir ressignificando o contexto social em que se encontram. Mas, na maioria das vezes, a instituição não permite que estes atores, educadores e comunidade, avaliem e participem nas decisões da escola. Como é possível se sentir parte de um grupo escolar e profissional a partir da oportunidade de se conhecer melhor aquilo que a instituição se propõe a fazer?

De acordo, com Melchior (2004, p. 185):

[...] a instituição escolar se caracteriza como uma unidade funcional de planejamento, implementação e avaliação que inclui metas e objetivos a serem alcançados, fazendo-se necessário o questionamento sobre o resultado dos mesmos. É através do processo avaliativo que se toma conhecimento de como está se desenvolvendo o trabalho, se as propostas estão sendo alcançadas, se o ritmo está adequado. Portanto, a avaliação institucional é essencial para se conhecer e melhorar o que se faz. O sucesso será maior se os envolvidos assumirem como os gestores o compromisso com as mudanças através de reflexão conjunta e da autoavaliação, desenvolvendo desta forma sua autonomia para aprimorar-se.

Nesta lógica, a partir da realidade das escolas de educação infantil do município de Jaguarão, e através da observação de uma escola em especial, formulam-se os seguintes questionamentos: como se dá o processo de avaliação e monitoramento das escolas de educação infantil? De que forma o olhar qualificado sobre o interior da própria escola através de avaliação sistemática pode contribuir com a qualidade da educação? Qual a responsabilidade de cada ator da comunidade escolar no processo de avaliação da instituição? Assim, buscando compreender a dinâmica avaliativa das escolas de educação infantil e visando responder a tais questionamentos foi formulado este projeto de intervenção pedagógica. Pretendeu-se com esta intervenção dar vez e voz a um grupo de pessoas que estão intrinsecamente envolvidos como professores, funcionários e comunidade escolar,



mas, que não opinam, não avaliam o porquê das coisas não darem certo, nem mesmo avaliam e discutem o que deu certo.

O contexto da investigação-intervenção é a cidade Jaguarão-RS que já possui Sistema Próprio de Educação a partir da aprovação da Lei nº 5.663 de 28 de dezembro de 2012. Atualmente, o município conta com uma Rede Municipal de Educação composta por sete escolas de Ensino Fundamental completo urbanas, cinco escolas de Ensino Fundamental incompleto do campo, uma escola de Educação Básica do campo, uma escola de Educação Especial e sete escolas municipais de Educação Infantil. Conta com 385 professores e 2300 alunos, sendo que na Educação Infantil atuam 35 professores em atendimento a 400 alunos.

O levantamento de dados na fase exploratória deste estudo demonstrou que a escola de Educação Infantil ainda é concebida por significativa parcela da comunidade escolar como um lugar para se deixar os filhos enquanto os pais trabalham, desconsiderando-se o caráter educativo desta etapa de ensino. A partir desta constatação faz-se necessário criar possibilidades para que educadores e educadoras repensem seu espaço de trabalho e atuação, suas ações pedagógicas e se permitam construir práticas e saberes sociais para que eles mesmos possam se reconhecer como sujeitos transformadores no seu próprio processo de formação.

No contexto deste estudo, ao se tratar de avaliação institucional da educação infantil abre-se um grande leque de questões que devem ser constantemente avaliadas para que se possa qualificar a atuação e para planejar as ações futuras, tais como a prática pedagógica, o espaço físico, os saberes e os fazeres da, e na Educação Infantil (EI), o papel do gestor, bem como a gestão democrática e participativa de toda comunidade escolar.

A proposta deste trabalho vem contribuir para que se possam buscar estratégias de ressignificação da escola infantil com momentos de reflexão através da intervenção pedagógica no espaço de trabalho para dar voz e deixar que as falas dos profissionais, pais e comunidade escolar ecoem e estejam refletidas na proposta de um plano de ação construído a partir dos anseios daqueles que se envolvem diretamente com a escola.



O projeto de intervenção foi organizado em duas partes. A primeira parte foi composta por pesquisa exploratória que teve por objetivo reconhecer e analisar a participação da comunidade escolar no planejamento e na avaliação das ações realizadas pela escola, além de identificar nos documentos escolares de que forma se manifestam recomendações constantes na legislação nacional vigente relativas à avaliação e indicadores de qualidade. Nesta etapa foram utilizados como procedimentos para a coleta de dados a análise da documentação existente na escola e entrevistas semiestruturadas com o corpo docente, funcionários e pais de alunos.

A segunda parte se deu a partir da sistematização dos dados coletados e gerados na fase exploratória quando houve a elaboração de um Plano de Ação. Este Plano de Ação segundo Barbosa e Moura (2012), contemplava as temáticas de maior relevância no planejamento das atividades previstas para os tempos-espacos de formação e para a efetivação da autoavaliação.

O Plano de Ação, característico da pesquisa intervenção, foi pensado com duas grandes ações: a primeira, a oferta de espaços de formação nos quais foram abordados temas de relevância para a EI visando a sensibilização do grupo para a necessidade de se pensar a escola coletivamente, e a segunda, a realização da avaliação institucional com o objetivo de avaliar a instituição escolar onde a comunidade escolar tivesse a possibilidade de se posicionar em relação às ações desenvolvidas.

Cabe ressaltar que o Plano de Ação foi desenvolvido na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Casa da Criança com os profissionais que se sentiram motivados a participar dos momentos propostos. Como guia para o desenvolvimento das ações buscou-se refletir sobre duas questões: quais são as práticas de avaliação do trabalho institucionalizadas na escola? Como pais, professores e funcionários avaliam o trabalho realizado pela escola? De que forma contribuem para sua melhoria?

Metodologia

O Projeto de Intervenção, nos termos propostos por Barbosa e Moura (2012), buscou contribuir no processo de construção da Avaliação Institucional da EMEI Casa da Criança



como instrumento e possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação da comunidade como um todo.

Damiani (2012) afirma o uso do termo intervenção para denominar interferências em processos educacionais, com base em um dado referencial teórico, tendo o propósito de produzir avanços em tais processos - avanços esses avaliados ao final de ações interventivas.

Nas palavras da mesma autora:

As intervenções em Educação, em especial as relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem, apresentam potencial para, simultaneamente, propor novas práticas pedagógicas (ou aprimorar as já existentes), produzindo conhecimento teórico nelas baseado (DAMIANI, 2012, p. 2).

É neste sentido que se busca contribuir com o processo de qualificação das práticas em avaliação visando ao aperfeiçoamento do fazer pedagógico, com a finalidade de contribuir com melhoria do ensino e das aprendizagens dos estudantes das turmas da EMEI Casa da Criança em Jaguarão.

Este método de investigação, segundo Damiani (2012, p. 8):

[...] descreve a prática pedagógica implementada, de maneira detalhada, fundamentando-a teoricamente; e [...] especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção. Essa segunda parte do relato assemelha-se ao método descrito em qualquer tipo de pesquisa empírica em que há preocupação com o rigor exigido por toda a atividade científica que visa a produzir conhecimento sobre a realidade estudada.

Assim, ancorada nas ideias de Damiani (2012) esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa tipo intervenção pedagógica, pois: trabalha com dados gerados pelo estudo; parte do princípio da intencionalidade da mudança; surge da necessidade de dialogar com a teoria e possibilita a produção de conhecimento.

Primeira etapa: pesquisa exploratória

Em um primeiro momento buscou-se conhecer as ações já adotadas pela escola em relação a prática da avaliação. Esta etapa caracterizada como pesquisa de tipo exploratória



tem por objetivo, segundo Gil (2007), garantir maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

A coleta de dados nesta etapa envolveu, primeiramente, a realização de entrevista semiestruturada na qual foram entrevistados os profissionais da escola, a saber cinco professoras, cinco recreacionistas, três funcionárias e um representante de pais de cada turma. Para tanto, foi elaborado previamente, o seguinte roteiro que pautou a entrevista, técnica que, conforme Queiroz (1988) garante uma conversação entre informante e pesquisador, voltada à concretização dos objetivos do estudo.

Quadro 1 - Roteiro da entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Qual tua opinião sobre avaliar a escola enquanto instituição?
- Porque seria necessário avaliar a instituição de Educação Infantil?
- O que achas necessário ser avaliado?
- De quanto em quanto tempo seria necessário a escola passar pelo processo de avaliação?

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Segundo adverte Gil (1999, p. 120): “[...] o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. As informações coletadas através da entrevista semi-estruturada foram analisadas a partir das contribuições de Roque Moraes (1999). Segundo o autor, “[...] a categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo” (MORAES, 1999, p. 8).

Ainda nesta etapa foi realizada a análise documental de documentos como: Decretos de Criação da escola, Regimento, Projeto Político-Pedagógico, Orientações Curriculares Municipais para a Educação Infantil e afins.

A análise documental, nos termos propostos por Oliveira (2007), prevê a elaboração prévia de pautas para extração de dados. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.



4) “[...] é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

Todos os dados coletados foram analisados na perspectiva histórico-crítica de educação que, conforme afirma Saviani (2003, p.93), refere-se a “[...] compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida esta manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica”.

Segunda etapa- Plano de Ação: encontros de formação e autoavaliação da instituição

Esta etapa do projeto de intervenção contou com duas ações: os encontros de formação sobre temáticas relevantes para a Educação Infantil e da própria Avaliação Institucional nesta etapa de ensino. Todavia, como o foco deste relato está no engajamento, participação e reflexões de diferentes segmentos escolares, aqui não será abordado o momento dos encontros de formação, somente a dinâmica e os resultados da autoavaliação institucional.

A proposta de autoavaliação da EMEI Casa da Criança foi coordenada pelos membros do Conselho Escolar e foram utilizados, como apoio, os materiais estudados nos encontros que compuseram a intervenção.

Para esta ação da intervenção foram feitos convites aos pais, professores, recreacionistas e funcionários da escola, pois de acordo com Melchior (2004) a adesão voluntária e a participação são princípios da avaliação institucional. A autora ainda afirma que:

Os objetivos de qualificação são atingidos, através da avaliação, se houver participação. Com gestão responsável e adesão voluntária dos diferentes segmentos institucionais, em todas as fases do processo, todos avaliando e sendo avaliados, com ética, transparência e capacidade de julgamento, a avaliação torna-se instrumento de democratização (MELCHIOR, 2004, p.40).

Visto que esta ação ainda não está contemplada no calendário escolar, optou-se pelo convite como melhor forma de fazer o chamamento da comunidade escolar e verificar se,



efetivamente, os envolvidos com a dinâmica educativa desta escola estariam dispostos a contribuir com este processo que forneceria subsídios para a qualificação da mesma.

O material utilizado para a realização da avaliação foi o mesmo estudado nos encontros de formação e fornecido pelo Ministério da Educação (MEC) como subsídio para a realização da avaliação institucional na Educação Infantil e que dispõe dos Indicadores da Qualidade através de sete dimensões de análise, que são:

- 1 – planejamento institucional;
- 2 – multiplicidade de experiências e linguagens;
- 3 – interações;
- 4 – promoção da saúde;
- 5 – espaços, materiais e mobiliários;
- 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais;
- 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Estas dimensões, segundo o mesmo documento, são “[...] fundamentais para a qualidade da instituição de educação infantil” (BRASIL, 2009a, p.17).

A dinâmica do encontro seguiu a seguinte organização no sentido de situar os participantes dos objetivos da ação:

Primeiramente foi apresentada a proposta de trabalho, os objetivos com o uso da avaliação institucional e dos indicadores da qualidade de EI e o que são parâmetros de qualidade para a EI. Neste material também se encontravam orientações para a dinâmica de trabalho que seria utilizada para a avaliação. Todos os presentes foram divididos em sete grupos onde cada grupo deveria discutir uma dimensão. No local onde cada grupo se reuniria haviam orientações coladas nas paredes de como proceder à dinâmica no grupo. Cada grupo escolheu um coordenador para anotar os relatos e discussões no sentido de sintetizar a análise realizada. Foram utilizadas cores para indicar a avaliação de cada indicador conforme figura a seguir:



Figura 1 -Orientações para atribuição das cores

	Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações não existem na instituição de educação infantil, atribuirá a elas a cor VERMELHA . A situação é grave e merece providências imediatas.
	Se, na instituição de educação infantil, essas atitudes, práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não estão consolidadas, o grupo lhes atribuirá a cor AMARELA , o que indica que elas merecem cuidado e atenção.
	Caso o grupo avalie que essas ações, atitudes ou situações existem e estão consolidadas na instituição de educação infantil, deverá atribuir a elas a cor VERDE , indicando que o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho.

Fonte: BRASIL (2009a, p. 22).

Após intenso debate nos grupos de trabalho foram apresentados os resultados em grande plenária, o que culminou com a sistematização de todo o trabalho.

Análise do processo de avaliação institucional:

No que diz respeito ao planejamento institucional pode-se afirmar, de acordo com a análise do grupo, que a EMEI Casa da Criança, está organizada quanto a sua proposta pedagógica e documentação legal. Ainda assim é importante destacar que muitos atores da comunidade escolar desconhecem o Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo assim não tem condições de avaliar se o planejamento da escola está de acordo com o prometido em seu Projeto Político-Pedagógico.

A proposta pedagógica das instituições são um dos cinco pontos indicados como parâmetro de qualidade para EI. De acordo com o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, as propostas pedagógicas são desenvolvidas com autonomia pelas instituições de Educação Infantil a partir das orientações legais.

Desta forma, a escolha das concepções, das metodologias e das estratégias pedagógicas são explicitadas nas propostas pedagógicas das instituições de Educação



Infantil e respeitam o estabelecido no Parecer do Conselho Nacional de Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, na qual:

professoras, professores, profissionais de apoio, especialistas, gestoras e gestores adotam posturas condizentes com os princípios expressos nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. E, a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das propostas pedagógicas seguem os princípios de participação, compromisso, contextualização, historicidade, unidade (na diversidade), intencionalidade, consistência, coerência, provisoriedade (dinamismo) e organização (BRASIL, 2009b, p. 34).

Neste sentido, cabe à instituição promover com frequência momentos de discussão e apresentação do documento existente e colocá-lo em análise para que se possam realizar os ajustes necessários e para que todos tenham conhecimento daquilo que a escola se propõe a realizar e, com isso, que todos efetivamente estejam comprometidos com a organização e dinâmica de trabalho da instituição.

Ao analisar a avaliação realizada pelo grupo, em relação à dimensão multiplicidade de experiências e linguagens e observando que todos os indicadores receberam a cor verde destaca-se a satisfação e entendimento do grupo de que os profissionais desta instituição estão trabalhando considerando o que é estabelecido pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998^a). Os RCNEIs destacam esta dimensão como princípio para contribuir com o desenvolvimento das crianças no “exercício da cidadania, considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos”. Segundo o referencial, “[...] o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis possibilita o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética” (BRASIL, 1998a, p. 13).

Quanto a este aspecto pode-se afirmar que a escola possui um quadro profissional consciente de suas funções, no sentido de valorizar que “[...] no processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade



que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar” (BRASIL, 1998a, p. 21).

No que diz respeito às interações, destaca-se a avaliação positiva que o grupo faz em relação ao trabalho desenvolvido pela EMEI. Atribuindo a cor verde em todos os indicadores e declarando que a avaliação realizada reflete um pouco daquilo que observam do comportamento, atitudes e entusiasmo dos filhos em relação à escola. De acordo com os RCNEIs (BRASIL, 1998a), os profissionais da instituição precisam compreender a criança como um sujeito social e histórico, inserido em determinado contexto social e que embora, intimamente ligada ao convívio com sua família, é capaz de realizar, com facilidade múltiplas interações sociais.

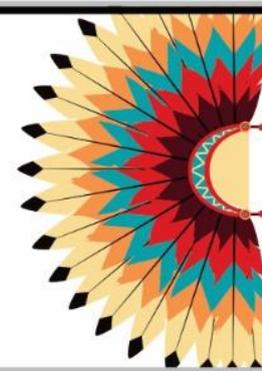
Ao analisar a avaliação do grupo responsável pela dimensão promoção da saúde, mais uma vez, apresenta-se, na justificativa das cores atribuídas, que os pais desconhecem as condições da instituição em relação à saúde e segurança.

Embora tenham apontado cores verdes para todos os indicadores, afirmam que a avaliação realizada foi superficial, pois não possuem o conhecimento detalhado das condições de segurança da escola. E solicitou, para poder responder com propriedade as questões que fosse oportunizando ao grupo e outras pessoas interessadas uma visita às instalações da escola para que tivessem esse olhar mais apurado quanto ao item segurança.

Essa dimensão também é contemplada dentro dos cinco pontos indicados como parâmetro de qualidade dentro do item infraestrutura das instituições de EI. De acordo com o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil fica definido que:

os espaços destinados a atender crianças na faixa etária de zero a cinco anos devem ser construídos e organizados de forma a atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene, aconchego e segurança das crianças matriculadas (BRASIL, 2006a, p. 42).

Cabe aqui salientar que, nacionalmente, as instituições destinadas ao atendimento de crianças na faixa etária da EI, na sua maioria, são espaços que não foram construídos para esse fim, e sim foram sendo adaptados para tal.



Espera-se que estes aspectos sejam pontos cruciais na dinâmica de definição de prioridades, caso a escola ainda não esteja adequada às exigências legais, pois o espaço educativo das crianças pequenas precisa oferecer segurança tanto para os alunos matriculados, bem como para os profissionais que ali desempenham suas funções laborais.

A dimensão espaços, materiais e mobiliários especificamente para o trabalho com a EI foi um dos pontos de grande discussão e que obteve destaque tanto na avaliação do grupo como na plenária.

O grupo que discutiu e avaliou esta dimensão, assim como os professores que participaram dos encontros de formação destacam que os espaços, os mobiliários e os materiais para o trabalho com as crianças não são adequados, nem mesmo suficientes.

Ao indicarem a cor amarela, o grupo solicita atenção aos órgãos responsáveis para que as crianças possam estar em um ambiente que favoreça novas experiências. Este deve possuir espaços e mobiliários que favoreçam estas ações das crianças. Também chamam a atenção para os materiais, pois estes devem ser variados e estar acessíveis aos alunos para que possam utilizá-los de forma adequada e assistida.

O MEC ao lançar em 2006 os Parâmetros Básicos de Infraestrutura de Instituições de EI, pretendia que estes fossem adotados para que as estruturas escolares pudessem estar organizadas de forma a se tornarem espaços promotores de aventuras, descobertas, desafios, aprendizagem, facilitando as interações (BRASIL, 2006b).

Para Zabalza (1998, p. 50):

o espaço acaba tornando-se uma condição básica para poder levar adiante muitos outros aspectos chave. As aulas convencionais com espaços indiferenciados são cenários empobrecidos e tornam impossível (ou dificultam seriamente) uma dinâmica de trabalho baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança.

Com esta percepção sobre o espaço escolar o autor defende a infraestrutura como um dos dez aspectos essenciais na qualidade da Educação Infantil. Uma escola com qualidade precisa de espaços especializados e diferenciados, com fácil acesso para as crianças pequenas e com a possibilidade de realização de trabalhos em grupo. Além da questão da



infraestrutura, os recursos disponíveis tanto em qualidade como em quantidade devem possibilitar múltiplas ações e interações por parte das crianças e professores.

Em relação a estes indicadores houve duas manifestações na plenária, onde foram esclarecidas as condições dos materiais, livros, jogos e brinquedos. Foi destacado pela coordenadora da EMEI que os materiais pedagógicos, na sua maioria, eram fornecidos pelos pais a partir da lista dos materiais entregue no início do ano letivo. Em relação aos livros, também foi esclarecido que a escola possui uma biblioteca infantil intitulada Biblioteca da Casinha e que as crianças seguidamente a utilizam acompanhadas das professoras e, que jogos e brinquedos eram adquiridos, na sua maioria, com recurso próprio da escola advindo das promoções realizadas.

Outro destaque foi em relação ao uso das tecnologias, os pais entendem que atualmente as crianças já estão habituadas com tais tecnologias e que deveria haver continuidade deste contato na escola.

Já, em relação ao espaço e estrutura física da EMEI, fica evidenciado que este é um dos pontos de maior insatisfação ao grupo. Cabe ressaltar que tanto o grupo que avaliou este indicador, como os professores que participaram do encontro de formação que discutiu esse aspecto salientam a importância de qualificar o espaço físico como forma de constituição de um importante componente do processo educativo infantil. Um ambiente que favoreça a interação ativa, entre crianças e adultos faz, conforme aponta o RCNEI (BRASIL, 1998a, p. 69) com que a instituição de EI propicie condições de usufruí-lo em benefício de seu próprio desenvolvimento e aprendizagem.

Em relação ao indicador seis que discute questões inerentes a formação inicial e continuada e as condições de trabalho dos profissionais das instituições de EI destaca-se que na avaliação do grupo responsável por avaliar este aspecto, que a escola possui um quadro de profissionais com qualificação inicial conforme exigência legal. Um bom número de profissionais da escola possui graduação em Pedagogia e Especialização na área da educação corroborando o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996).



Neste sentido, fica evidente que este requisito é respeitado pela escola, uma vez que além da formação inicial o grupo reconhece que os professores estão sempre buscando qualificação profissional.

Em se tratando da formação continuada, ao apontarem a cor amarela, o grupo chama a atenção para a não existência de um programa de formação continuada específico da escola, mas destaca a busca por qualificação de alguns profissionais.

Para Zabalza (1998, p. 26), “[...] os professores da EI constituem um dos segmentos mais dinâmicos e melhor formados para o trabalho que desempenham”. E ainda afirma que “[...] a etapa infantil, representou uma espécie de oásis criativo e de regeneração das práticas de ensino escolares”. Acredita-se que isso tenha sido consequência das transformações, avanços e reformas na oferta de ensino nesta modalidade nos últimos anos.

Considerando a perspectiva de que a escola precisa possuir um programa que contemple a formação continuada no âmbito escolar, observa-se que isto ainda está longe de acontecer, pois os dados coletados mostram a dificuldade da gestão na organização de um plano de ação para qualificação dos seus profissionais dentro do espaço em que atuam. Paro (2015) defende que a escola deve ser objeto de gestão, ou seja, espaço onde aconteça, necessária e paralelamente, ação administrativa e pedagógica. E aponta que:

para bem realizar-se, a atividade administrativa não pode ignorar a natureza de seu objeto, incluindo a possibilidade de recursos e a forma em que estes se apresentam, o local ou instituição em que a ação se realiza e os objetivos que deve perseguir. No caso da gestão escolar, objeto a que ela se aplica é a escola, lugar privilegiado da ação do diretor (PARO, 2015, p. 45).

Neste sentido, observa-se que a ação do gestor escolar, precisa contemplar acompanhamento e reflexão sobre as necessidades no âmbito institucional e, a partir daí, organizar momentos de formação continuada, abordando temáticas relacionadas tanto ao administrativo quanto ao pedagógico caracterizando assim o espaço escolar como fonte de multiplicação de saberes.



Para Zabalza (1998, p. 12) o sistema educacional possui quatro grandes desafios a enfrentar para se desenvolver na perspectiva de qualificação e crescimento das instituições de Educação Infantil no Brasil. São eles:

- O desenvolvimento institucional da escola infantil;
- A fundamentação de um novo conceito de criança pequena como “sujeito” da educação;
- A organização do currículo na Educação infantil a partir dos dois pontos anteriores;
- A revitalização profissional dos profissionais da Educação Infantil.

Para o autor é a partir da apropriação desses eixos que a escola poderá agir enquanto “[...] unidade institucional e formativa buscando sua própria identidade” (ZABALZA, 1998, p. 14). Compreende-se, assim que a escola de EI necessita firmar sua identidade com o trabalho desenvolvido, através do que se acredita enquanto formação dos sujeitos, das concepções de infância que se tem, e isso necessariamente perpassa a formação profissional do professor.

Quanto ao indicador condições de trabalho adequadas, o grupo aponta uma avaliação negativa deste item, porque entende que mesmo a escola obedecendo à legislação atual no que se refere ao número de alunos atendidos por profissionais em sala de aula, conforme o Parecer CNE/CEB nº 22/98, de 17 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998b), o qual apresenta a definição de turmas de 08 crianças de 0 a 2 anos por educador, turmas de crianças de 3 anos devem limitar-se a 15 por adulto, e turmas de 4 a 6 anos até 20 crianças por educador, os profissionais ainda não são remunerados conforme é indicado no Plano Nacional de Educação no que se refere ao piso salarial do magistério.

Quanto ao item prevenção a problemas de saúde dos profissionais não foi ressaltado em nenhum momento, visto que, possivelmente os componentes do grupo desconhecem iniciativas neste caráter. Enfatiza-se esse ponto de análise no sentido de que para Zabalza (1998) este também é um aspecto de relevância em qualquer etapa educativa, e também um desafio para o sistema educacional no que se refere a qualidade. O autor defende que há a



necessidade de se pensar na qualidade de vida dos professores no sentido da diminuição da pressão psicológica, na disponibilidade e a dotação dos espaços e quanto à carreira docente.

Ao analisar a avaliação do grupo quanto à dimensão cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social, os indicadores apontavam para questões acerca do respeito e acolhimento entre família e escola, a garantia do direito das famílias em acompanhar as vivências e produções das crianças e quanto a participação da instituição na rede de proteção dos direitos da criança.

O grupo foi enfático ao destacar que se sentem bem acolhidos pela escola, e que o respeito é recíproco entre instituição e as famílias, pois a mesma está sempre aberta ao diálogo, mantendo uma boa relação com os responsáveis.

O RCNEI (BRASIL, 1998a) aponta que o ingresso das crianças nas instituições pode criar ansiedade tanto para elas como para os pais. Neste sentido indica a entrevista com as famílias como um momento importante de conhecimento do contexto em que vive a criança, bem como da professora que estará diretamente vinculada ao trabalho educativo.

Este foi um dos itens com avaliação positiva do grupo, pois é uma prática efetiva na escola. Esse é um momento de conversa inicial com as famílias para esclarecimento de dúvidas e que se sistematiza como prática de manter os pais informados sobre o dia a dia de seus filhos na escola.

Outro ponto muito destacado foi sobre os diferentes momentos em que a escola organiza espaços de apresentações, exposições de trabalhos e reuniões, possibilitando às famílias acompanharem as produções das crianças.

Já, em relação às questões inerentes ao atendimento aos alunos com necessidades especiais, o grupo aponta que a escola precisa ter uma atenção maior em relação a este aspecto, pois entendem que os professores possuem formação para atendê-los, mas os mesmos acabam não tendo a atenção necessária, pois não possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado.

O Decreto Presidencial nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito



Federal e dos municípios para a ampliação do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Considera-se atendimento educacional especializado conforme descrito no art. 2º, em seu parágrafo 1º: “[...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma [...]” complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2011).

No que diz respeito ao atendimento educacional especializado na escola, a comunidade deseja que haja uma maior atenção, pois, os alunos matriculados na EI também possuem o direito efetivo de passarem por avaliações e laudos para que se possa precocemente realizar os devidos encaminhamentos para que possam usufruir daquilo que lhes é de direito constitucional.

Encerra-se a análise dos sete indicadores após a avaliação dos grupos com a certeza de que a ação permitiu gerar dados concretos para que a instituição possa se enxergar em seus aspectos positivos e negativos. E, a partir destes, traçar novos objetivos para o trabalho de forma coerente e com responsabilidade visando à qualificação dos processos educativos de uma instituição que atende crianças na faixa etária da EI e das relações existentes com as famílias.

Considerações finais

A proposta de autoavaliação da Escola de Educação Infantil Casa da Criança trouxe a possibilidade de um olhar mais qualificado e reflexivo sobre as diversas dimensões avaliadas. Ao aprofundar a análise sobre o planejamento institucional; a multiplicidade de experiências e linguagens; as interações; a promoção da saúde; os espaços, materiais e mobiliários; a formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais e sobre a cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social a comunidade escolar se desloca da avaliação superficial e assentada no senso comum e



consegue esmiuçar os elementos que ocorrem de forma positiva, bem como apontar aqueles que merecem mais atenção.

A partir do resultado do diagnóstico percebeu-se que a comunidade escolar era favorável quanto à realização da avaliação institucional na EMEI Casa da Criança. Foi a partir destes dados que foi realizado o planejamento das ações que iriam contemplar o plano das ações na perspectiva de contribuir com a efetivação da avaliação institucional como instrumento e possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação.

Como aspecto positivo desta ação destaca-se a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, uma vez que pais e profissionais da escola aderiram de forma comprometida a proposta. A experiência da avaliação institucional na escola de educação infantil enfatizou as boas práticas desenvolvidas a partir de indicadores objetivos e demonstrou os aspectos que precisam ser qualificados.

Mas, mesmo tendo alcançado os objetivos no que tange a participação, cabe ressaltar que, ainda que o grupo de profissionais da escola tenha se posicionado favoravelmente a execução da avaliação, destaca-se como um aspecto negativo o fato de a mesma não contar com a participação de todo o quadro de professores e funcionários. Das trinta e três pessoas que se fizeram presentes na autoavaliação apenas seis eram profissionais da escola, os demais eram os pais que contribuíram positivamente com sua participação e manifestações.

Pensar a avaliação institucional que se efetivou com o trabalho coletivo indicou a possibilidade de acreditar que a participação é um fator importante na ação educativa. A qualidade dos processos se dá quando se pode enxergar no outro a possibilidade colaborativa para avançar.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido no âmbito da EI apresentou um caráter inovador por não ser uma prática em nenhuma escola da rede municipal de ensino de Jaguarão e é relevante, pois apresenta subsídios para a organização das escolas na realização desta ação envolvendo a participação de todos. Espera-se que esta experiência venha a subsidiar as demais escolas de EI deste município e de outros na prática da avaliação



institucional e na sistematização dos resultados destas para que se continue avançando na perspectiva da qualificação da EI no município.

Como sugestão, visto a relevância da ação, indica-se a continuidade do uso da avaliação institucional e que esta passe a ser contemplada no calendário escolar da EMEI Casa da Criança.

Também se sugere, no que se refere às ações, que possam ser desenvolvidas e qualificadas no âmbito escolar, que seus resultados possam, efetivamente, auxiliar e serem contemplados na elaboração da proposta pedagógica e regimento da escola. E, que aquilo que fuja ao alcance da ação da escola, e que diz respeito a investimentos e dependa da ação externa, possa ser debatido junto ao poder público municipal para que este possa investir na qualificação dos indicadores que requerem atenção prioritária.

Referências

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. **Trabalhando com Projetos: Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 1998a.

_____. Parecer CEB 22/98, de 17 de dezembro de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 1998b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, 2006a. 1 v. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para as Instituições de Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEB, 2006b.



_____. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009a. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2009a. Disponível em:

<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Parecer CEB 20/2009, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 dez. 2009b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

DAMIANI, F. M. **Sobre pesquisas do tipo intervenção**. UNICAMP, Campinas, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação institucional da escola básica**. Porto Alegre: Premier, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, 2009.

PARO, V. H. **Diretor Escolar: Diretor ou Gerente?** São Paulo, Cortez, 2015.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, 1988.5. v.



SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Santa Vitória do Palmar, Ano 1, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: SILVEIRA, D. T.; GERHARDT, T. E. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 31-42.

VIEIRA, M. O. V. Portfólio: Uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Minas Gerais, v.6, n.2, p. 149-153, 2002.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Sobre as autoras

Silvana Souza Peres de Oliveira

Pedagoga, Mestre em Educação pela Unipampa. Supervisora do PIBID Educação Infantil e professora da Rede Municipal de Educação de Jaguarão. E-mail: ssp1980@gmail.com

Ana Cristina da Silva Rodrigues

Doutora em Educação, professora do curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional em Educação do PPGEDU Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa. Diretora do Campus Jaguarão. E-mail: anacristina@unipampa.edu.br

Recebido em: 25/09/2018

Aceito para publicação em: 05/10/2018